

# Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica<sup>1</sup>

**Joseli Maria Silva**



Discutir gênero e sexualidade no âmbito da geografia ainda gera certos desconfortos e polêmicas. Apesar de essas temáticas estarem presentes na ciência geográfica há mais de trinta anos, é comum pessoas nos interrogarem sobre a validade das abordagens desse teor para o desenvolvimento teórico e metodológico da ciência. O desmerecimento das nossas pesquisas faz parte de nosso cotidiano profissional e, portanto, gostaria de registrar a postura plural, ousada e desafiadora dos limites do saber geográfico que caracteriza os encontros sobre espaço e cultura promovidos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Na coordenação do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) e da Rede de Estudos de Geografia e Gênero da América Latina (REGGAL), tenho experienciado algumas polêmicas que gostaria de evitar aqui. Assim, inicio esta abordagem com alguns esclarecimentos básicos, para melhor posicionar minhas ideias e qualificar o diálogo a ser estabelecido.

---

<sup>1</sup> Este texto foi base de discussão em uma mesa redonda do VI Simpósio Nacional e do II Simpósio Internacional sobre Espaço e Cultura. NEPEC/UERJ. 29-31/10/2008.

1. Os estudos de gênero não podem ser confundidos com estudos de mulheres. A abordagem das feminilidades é a mais comum e evidente, mas também existem estudos sobre as masculinidades e as vivências chamadas “trans”, ou seja, aquelas que não se encaixam no padrão instituído pela heteronormatividade;
2. O conceito de gênero se opõe radicalmente à utilização da categoria mulher, já que esta se apresenta como essencializada a partir da diferença biológica, ao passo que o conceito de gênero agrega a dimensão social e cultural da diferença sexual. Implica adotar a perspectiva da construção social dos gêneros e, ao mesmo tempo, negar sua universalidade, incorporando as dimensões temporal e espacial na análise científica;
3. Utilizar o conceito de gênero, que implica uma postura relacional dos universos femininos e masculinos, não leva à necessidade de análises comparativas envolvendo homens e mulheres, embora haja uma tradição deste perfil de produção científica. A dimensão relacional que a ideia de gênero concebe é a compreensão de que os seres não estão isolados e estáticos e que os recortes sociais estabelecidos no processo de pesquisa devem ser considerados de forma relacional e processual na estrutura socioespacial a que pertencem;
4. A utilização do conceito de gênero como uma ferramenta de compreensão do espaço social não significa o engajamento político nas epistemologias feministas. A identidade feminista no campo científico é também uma construção social em permanente processo, aberto e provisório. Na qualidade de pesquisadora, fui me constituindo paulatinamente como geógrafa feminista, entre os receios das representações sociais negativas atribuídas aos feminismos e as inquietações crescentes sobre as formas de se fazer uma geografia que, a meu ver, invisibiliza certos grupos sociais e mascara o poder que produz e elege os(as) sujeitos(as), temas e objetos que são considerados “dignos” do discurso geográfico. Foi justamente nos debates dos encontros científicos que pude reconhecer minha identidade feminista e assumir que fazer ciência é também assumir uma posição política e social;
5. A adoção da perspectiva feminista da produção do conhecimento geográfico não pode ser associada à percepção imediata de corpos que praticam o conhecimento. Assim como há mulheres que se enquadram perfeitamente no modo de produzir o conhecimento moderno, pautado pelo saber masculino, há homens que estão praticando as epistemologias feministas, incorporando um discurso libertador na forma de projetar a vida, a ética, a política e a ciência.

A chamada geografia feminista é parte integrante do movimento da ciência geográfica, e sob essa denominação há trabalhos positivistas, marxistas, fenomenológicos, e assim por diante, como pode ser visto em Silva (2007). A expressão “geografia feminista” foi substituída pelo seu plural, “geografias feministas”, para expressar a pluralidade científica e ideológica presente neste campo de produção científica.

Neste trabalho, a perspectiva cultural está eleita; mais precisamente, ela é a da Nova Geografia Cultural e sua relação com as geografias feministas e *queer*, fortemente influenciadas pelo pensamento de Judith Butler. Gênero e sexo são aqui compreendidos como construções sociais permanentes que vão muito além da mera representação de papéis a serem desempenhados por corpos de homens e mulheres sob a hegemonia da heteronormatividade. Compartilhamos do pensamento, expresso por Judith Butler, de que o gênero performático é uma representação construída em atos estilizados, jamais plenamente exibida em qualquer situação, e a linearidade entre sexo, gênero e desejo é uma falácia do discurso hegemônico. Nesse sentido, o espaço é também compreendido aqui como imbricado nas *performances* vivenciadas cotidianamente.

É importante destacar que o movimento da imaginação geográfica expresso neste texto possui também sua própria geografia, os países anglo-saxões do hemisfério norte. Infelizmente, nossa imaginação geográfica brasileira tem sido pouco permeável ao desenvolvimento de campos que envolvem gêneros, feminismos e sexualidades.

Na primeira parte deste ensaio, faço um resgate das transformações da compreensão do conceito de gênero, com seus desdobramentos, como a aproximação das geografias feministas e *queer*, destacando a emergência da corporalidade como foco de discussão. Nas partes subsequentes, utilizando minhas próprias experiências como pesquisadora, busco evidenciar a importância do desenvolvimento da flexibilidade em torno da posicionalidade do pesquisador na abordagem do campo de pesquisa, incluindo nesta proposição o pensamento do geógrafo Larry Knopp, que, ao refletir sobre a prática da pesquisa geográfica, propõe que o próprio corpo do(a) investigador(a) e sua qualidade perceptiva sejam também ferramentas de pesquisa geográfica. Por último, abordo a questão da interseccionalidade, proposta por Valentine (2007), como um caminho de análise que possibilita a abordagem da complexidade, envolvendo identidades em permanente processo de redefinição e espaço. Enfim, espero que este trabalho estimule o interesse de mais geógrafas(os) para os estudos feministas e da sexualidade.

## Geografias feministas, sexualidades e corporalidades

A expressão de que o espaço geográfico é a materialização da sociedade e de que toda a existência humana é espacial é uma concepção plenamente aceita pelos cientistas da geografia. Contudo, nem toda a humanidade esteve expressa no conhecimento geográfico. Esta crítica fundamenta o célebre artigo das geógrafas norte-americanas Janice Monk e Susan Hanson, intitulado “On not excluding half of the human in human geography”, publicado na revista *The Professional Geographer*, da Association of American Geographers, em 1982. Este artigo denuncia as relações de poder inerentes à produção do conhecimento geográfico, a hegemonia androcêntrica que lhe é inerente e a invisibilidade feminina.

Este movimento interno da ciência, provocado por geógrafas brancas das universidades dos países centrais, desestabilizou a noção da ciência como um saber neutro, objetivo, pautado nas verdades científicas, e deflagrou um importante debate epistemológico, marcando a geografia como um saber moderno, eurocêntrico, masculino, branco e heterossexual.

Deste movimento emergem iniciativas de tornar visíveis grupos ausentes da produção científica geográfica e desenvolvem-se os estudos sobre mulheres, gays e lésbicas, procurando evidenciar suas expressões materiais de produção do espaço, como a distribuição espacial das moradias e áreas de lazer, os deslocamentos físicos e as inserções desses grupos nas relações produtivas e reprodutivas da sociedade burguesa e patriarcal.

Nos anos 90, novas críticas foram formuladas sobre as ausências do discurso geográfico produzidas por mulheres negras e homossexuais não brancos, deflagrando a incapacidade teórica e metodológica da geografia até então empreendida em produzir um conhecimento libertador, que desafiasse o poder da enunciação científica branca e ocidental. As categorias universais foram definitivamente colocadas em xeque, e emerge então um movimento identificado com as correntes pós-colonialistas e pós-estruturalistas.

As ausências e silêncios de vários grupos sociais passaram a ser concebidos como resultado de uma determinada forma de se fazer a geografia, e essa perspectiva de crítica da construção histórica do saber provocou um grande debate epistemológico-metodológico. A geografia hegemônica passou a ser interpretada quase que pelo avesso, de forma a compreender a produção de invisibilidades do discurso geográfico e procurar desvendar a perspectiva de quem formulou os conceitos-chave

deste campo científico, assim como sua visão de mundo e sua posição de poder. Ainda que conscientes do fato de que as geografias feministas não podem fugir completamente da ciência androcêntrica, elas lutavam contra o monotopismo e passaram a explorar fissuras dos quadros conceituais e ter a consciência da geopolítica que envolve a produção do conhecimento estruturado nas diferenças colonial e sexual.

Assim, as bases da construção do saber estavam sendo questionadas pelo movimento feminista, que se desenvolvia num franco engajamento político, lutando contra as desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, fazendo frente ao conhecimento até então legitimado na história do pensamento geográfico. No entanto, o movimento é complexo, abrangendo variadas vertentes filosóficas e posturas político-ideológicas. Para ilustrar um pouco essa diversidade, o movimento engloba desde o radical estruturalismo até o pensamento humanístico, envolvendo desde mulheres católicas até os movimentos pela legalização do aborto e pela liberdade sexual de homossexuais, transexuais, etc. Essas tensões internas do movimento produziram ricos elementos, que abriram caminhos inovadores na produção geográfica, conforme afirmam Dias e Blecha (2007).

As críticas internas desse movimento aludiam à necessidade de aceitar as variedades, as diferenças, e destruir a estabilidade até então presente no conceito de gênero, oriundo dos anos 70. Valentine (2007) sustenta que as reivindicações das mulheres lésbicas, que se diferenciavam daquelas eleitas pelas mulheres heterossexuais, constituíram um importante caminho de desconstrução da ideia de gênero como categoria estável e essencializada. Outro importante caminho crítico foi aberto pelas mulheres negras que denunciavam o protagonismo das mulheres brancas na maioria das pesquisas geográficas e dos movimentos políticos, como informam Audrey Kobayashi e Linda Peake (1994), em “Unnatural discourse: ‘race’ and gender in geography”.

A noção essencialista dos gêneros, dos sexos e das sexualidades estava já completamente desestabilizada nos anos 90, e as influências do pós-modernismo, do pós-estruturalismo e do pós-colonialismo levaram a um caminho de concepção da construção social destas categorias, a que se somaram também outras dimensões humanas, como raça, idade e classe. Estas transformações internas do movimento aproximam dois campos de pesquisadores, as(os) feministas identificadas(os) com esta última vertente compreendida pela abordagem desconstrucionista do gênero performativo e as(os) geógrafas(os) que produziam estudos sobre sexualidade e espaço.

A reunião de esforços da Nova Geografia Cultural, da Geografia Feminista Pós-Estruturalista e da Geografia da Sexualidade se constitui

em forte crítica teórico-metodológica da ciência geográfica, e a noção desconstrucionista da sexualidade ensejou a emergência da chamada Geografia *Queer*.<sup>2</sup> O pensamento *queer*, inspirado na obra de Michel Foucault, foi desenvolvido por Teresa de Lauretis, em *Technologies of gender* (1987), Donna J. Haraway, em *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature* (1991), e de forma mais expressiva por Judith Butler em suas célebres obras *Gender trouble* de 1990 e *Bodies that matter* de 1993. Na geografia, a influência do pensamento *queer* está expresso em obras de geógrafas(os) como Gillian Rose, Linda McDowell, Nigel Thift, Jon Binnie, Gill Valentine, Clare Lewis, Steve Pile e David Bell, entre outros.

A geografia incorpora as noções de construção social do sexo, gênero e desejo e as relações de poder inerentes a eles, num processo de permanente tensão e movimento. Ao incorporar a performatividade como o exercício do gênero, entendido como representação social, a geografia evidencia a importância do espaço e do tempo nas análises das experiências da vivência cotidiana e concreta e as possibilidades de subversão da própria ordem compulsória de gênero da sociedade heteronormativa.

O poder, tal qual propõe Foucault (1988), é exercido em múltiplas e variadas direções, como uma rede constituída por toda a sociedade, e, nesse sentido, deve ser apreendido a partir das estratégias, manobras, táticas e técnicas de funcionamento. A identidade de gênero exercida pela performatividade, conforme Butler (1993), implica um mecanismo que a condena inexoravelmente à mudança. Isso porque a identidade de gênero é uma representação que, para existir, efetiva-se concretamente por meio do ser humano, de sua geograficidade e historicidade, e nesse encontro ocorre a enunciação do ato performático do gênero. A interação dessas entidades jamais permite a reprodução ideal da norma de gênero subjetivada em práticas corporais, havendo uma cisão entre a norma que regula a atuação e a atuação regulada pela norma. Não são redutíveis uma à outra, e, nesse sentido, a identidade é constantemente subvertida e aberta ao novo. É nesse contexto

---

2 O pensamento acadêmico *queer* se desenvolve imbricado com o movimento social que lutava pela liberdade sexual, questionando o caráter conservador do movimento homossexual, que excluía sua diversidade interna. O protagonista era o homem branco, homossexual, de classe média alta, que obscurecia a luta de não-brancos, travestis, lésbicas, transexuais, etc. Os pensadores *queer* elaboram também questionamentos sobre a organização das hierarquias sexuais, que tornam invisíveis determinadas vivências. O termo “*queer*” apresenta ainda ambiguidades, porque, assim como representa a unidade de pensadores em torno das identidades construídas socialmente, também é usado como forma de ofensa a pessoas homossexuais.

que se estabelece a necessidade da política identitária em que se estabelecem os processos de exclusão.

O espaço, nesse sentido, compõe o gênero performático, mas ele também compõe os atos subjetivados que se diferenciam do ideal de gênero, jamais realizável em sua concretude. Esta concepção, que desconstrói o caráter essencialista dos gêneros e, sobretudo, dos ideais de masculinidade e/ou feminilidade forjados na visão dicotômica, bipolar e heterossexual da compreensão das pessoas, possibilitou a inclusão de seres que não se enquadram perfeitamente nesta ordem e o exercício de múltiplas formas de masculinidades e feminilidades. Na vida cotidiana concreta, as *performances* de gênero são exercidas muitas vezes por corpos dissonantes do modelo hegemônico preconizado. O argumento desta perspectiva é que o gênero, construído permanentemente, é também produzido pela sua desconstrução, pois, enquanto representação, o gênero se faz nas relações humanas, e o espaço é fundamental nesse processo de construção/desconstrução.

O artigo “On the relationship between queer and feminist geographies”, de Larry Knopp (2007), aponta as contribuições da geografia *queer* ao conhecimento geográfico. Segundo o autor, a utilização das perspectivas pós-modernas e pós-estruturalistas, em oposição ao essencialismo, que classifica os seres humanos a partir de suas opções sexuais, contribui para desconstruir as imaginações ontológicas relativas à categorização e sistematização da realidade social, mediante mecanismos puramente racionais. Outro importante ponto de contribuição foi a construção da ideia do caráter híbrido e fluido das subjetividades sexuais e do significado da sexualidade para a realidade socioespacial. A geografia *queer*, segundo o autor, tem contribuído com campos já consolidados que passam a problematizar o significado da sexualidade nas instituições e na vida social como um todo. Um interessante exemplo é a imbricação da sexualidade com as esferas da produção e do consumo de mercadorias no campo da geografia econômica. Outro interessante campo é o estudo da sexualidade no desenvolvimento das redes virtuais e na composição dos imaginários sociais dos espaços. Enfim, o esforço desconstrucionista das verdades fixas e pré-estabelecidas possibilita moldar uma geografia composta de interdependências e pluralidades das negociações entre os seres humanos e o espaço.

O movimento dos anos 90, que desmantela a pretensa ordem linear entre sexo, gênero e desejo, e as transformações sociais e biotecnológicas dos finais do século XX, como o controle da fertilidade e reprodução humana, as intervenções cirúrgicas estéticas, a invenção



das próteses de vários tipos, as cirurgias de transgenitalização e o crescimento de doenças como a AIDS trazem o corpo, seus atributos, sexualidades, sensações e desejos para o centro do interesse das ciências sociais e também da geografia, ainda que com menor intensidade. Isso porque o corpo esteve relacionado durante muito tempo com a esfera do espaço privado, preterido pelas(os) geógrafas(os) como objeto de análise.

A abordagem do corpo como lugar é apresentada por Linda McDowell (1999). Segundo ela, o corpo é um espaço em que o indivíduo se localiza, e seus limites são mais ou menos permeáveis em relação aos outros corpos. A forma física, o volume e o tamanho do corpo resultam na ocupação de um espaço físico, e o modo como o corpo se apresenta frente aos outros é lido e percebido pelos demais e varia conforme o local que ocupa em cada momento.

A ideia de que o corpo não é algo fixo e acabado, mas maleável, moldável, variável, leva à utilização do termo “corporalidade”, para melhor expressar a ideia de um estado corpóreo sujeito a transformações, conforme McDowell (1999). Para ela, a corporalidade capta o sentido de fluidez, de representação e das relações entre anatomia e identidade social. Embora a autora aborde várias formas de compreensão do corpo desenvolvidas na geografia, esse trabalho destaca a ideia do corpo como representação, que sustenta grande parte dos estudos geográficos atuais sobre a sexualidade. A sexualidade é compreendida, tal qual como em Foucault (1988), como sendo relacionada com os prazeres do corpo. Abrange, portanto, os desejos, as identidades e as condutas sexuais que são estabelecidas no processo de regulação social cotidiana, e, sendo assim, a sexualidade é vivida temporal e espacialmente de diferentes formas.

As características físicas dos corpos não correspondem exatamente à representação do gênero instituída socialmente, e a fluidez e a maleabilidade dos corpos constituem também os processos representacionais. Ser um homem ou uma mulher não é um fato natural, mas uma representação social. A “naturalidade” é nada mais do que a tentativa do discurso hegemônico da heterossexualidade de estabelecer uma coerência entre um conjunto de ações compulsórias do discurso, que acabam por produzir um corpo categorizado pelo sexo. São os atos, os gestos, as vestimentas, os adereços que constroem e sustentam as identidades de gênero. Portanto, Butler (1990) argumenta que o efeito do gênero se produz através da estilização do corpo, e esta é a forma de fabricar a “ilusão” da permanência do ser sexuado. O corpo, segundo Judith Butler, não é uma superfície sexuada e pré-existente, sujeitada à inscrição cultural da sociedade heteronormativa, mas ele é



ativo no processo representacional e pode atuar de forma a subverter o gênero performático. Isso porque, enquanto representação, o gênero não existe em sua concretude, ele se apresenta em atos corporais que jamais podem ser vivenciados de forma genuína. Esta ideia está presente na obra da geógrafa Linda McDowell (1999), que compreende ambos, corpo e conduta sexual, como construções sociais em constante transformação, tensionados pelas relações de poder, constituídos em uma história e uma geografia.

A perspectiva crítica presente no movimento de transformação da geografia nos anos 90 despertou a necessidade de atitudes reflexivas em relação ao modo de produzir a ciência, subvertendo o poder instituído que naturaliza as injustiças cotidianas provocadas pela ordem compulsória da sociedade heteronormativa. Na próxima parte, são discutidos dois aspectos fundamentais na elaboração da prática cotidiana da pesquisa geográfica contemporânea.

### **Posicionalidade e flexibilidade na prática investigativa: uma discussão sobre fazer geografia**

O movimento das teorias *queer* e feministas dos anos 90, além de desafiar a forma de se fazer geografia, firma compromissos políticos com a justiça social, a equidade e o dismantelamento do poder da ciência, que também gera as hierarquias sociais. Knopp (2007) utiliza a expressão “*queering the geographical imagination*” para argumentar sobre novas formas de conceber e praticar a geografia. Afirma o autor que muito se prega, mas pouco se considera a indissociabilidade entre o material e o discursivo, e ele complementa que, embora o pensamento humanista tenha procurado construir a prática geográfica integrando matéria e discurso, persistem ainda as fraturas entre essas categorias.

O tipo de prática geográfica que Larry Knopp defende ao considerar o duplo vínculo entre o material e o discursivo implica considerar o corpo, as sensações, os sentimentos, as emoções e os desejos como equivalentes e integrantes dos valores atribuídos à racionalidade e à mente. Ele estimula os geógrafos a serem mais ousados na expansão do terreno empírico, incluindo realidades complexas, desordenadas e fluidas. Recomenda aos investigadores da área a “temperar” a ambição intelectual com humildade, já que aquilo que produzimos

como conhecimento científico é apenas mais um dado da realidade, tratando-se, assim, de um processo sempre incompleto. Para finalizar, o autor apela para a modificação das nossas imaginações ontológico-geográficas e propõe que nossos objetos de estudo sejam considerados de forma mais relacional do que autônoma, mais reflexiva do que objetiva e mais humilde do que ambiciosa. Segundo ele, o resultado dessas práticas geográficas seria uma geografia menos arrogante e elitista, mais esperançosa do que temerosa e mais humana do que “des”humana.

Aquilo que é determinado como impensável, impraticável e indizível pela ciência deve ser tensionado, e a ordem da pretensa normalidade precisa ser subvertida. Quem pesquisa deve duvidar das “verdades” que sustentam e dão guarida ao poder e deve também cometer heresias contra os cânones do discurso científico, praticando aquilo que Butler (2004) chama de “certas ofensas necessárias”, para transpor as formas de leitura do discurso geográfico.

[...] cuando pensamos en mundos que un día se convertirán en pensables, en decibles, en legibles, hacer visible lo que ha sido repudiado y decir lo que antes era inefable se convierte en parte de una 'ofensa' que se debe cometer para ensanchar al dominio de la supervivencia lingüística. La significación del lenguaje requiere abrir nuevos contextos, hablando de maneras que aún no han sido legitimadas, y por lo tanto, produciendo nuevas y futuras formas de legitimación. (BUTLER, 2004, p. 73).

A humildade intelectual para a qual nos alerta Knopp (2007) envolve a noção de que o processo investigativo contém em si a posicionalidade de vários elementos, que se influenciam mutuamente. O encontro entre pesquisador(a) e pesquisado(a) em uma situação específica envolve duas posicionalidades, já que cada qual se posiciona socialmente a partir de pontos de vista diferentes. O saber produzido sobre uma dada realidade reúne as motivações das pessoas envolvidas, que se expressam a partir delas, gerando, portanto, uma versão sempre parcial. Os efeitos produzidos desse encontro de motivações expressas, por sua vez, realimentam a própria realidade estudada, num fluxo contínuo.

Em “Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics”, a geógrafa Gillian Rose (1997) argumenta que a realidade socioespacial também se constrói a partir das relações de poder que se fundam nos enunciados científicos e na posição de quem os pronuncia. Portanto, a autora incorpora a necessidade da postura reflexiva da pessoa que pesquisa em relação aos seus resultados, já que

as relações de poder inerentes ao processo investigativo implicam a produção de hierarquias. As versões da realidade produzidas por nós, pesquisadores(as), têm maior poder de fazer valer suas ideias frente aos demais saberes sociais. As versões da realidade produzidas por nós, pesquisadores(as), têm maior poder de fazer valer suas ideias frente aos demais saberes sociais, inclusive dos grupos que pesquisamos. As ideias que se imaginam, segundo ela, produzem a realidade social, assim como a realidade pode ser imaginada, e é nesse sentido que se constrói uma importante discussão sobre a implicação política e social dos resultados de pesquisa e o compromisso ético na construção de uma realidade que é pluriversal.

Os confrontos dos múltiplos saberes sob a perspectiva da universalidade dos modelos de conhecimento resultaram na ciência moderna, que produz as ausências e silêncios e reforça as dominações. A postura pluriversal implica a prática geográfica subversiva, que joga com e contra os conceitos da ciência hegemônica e contempla os saberes dos sujeitos silenciados no discurso moderno tradicional. Baseada na noção de poder de Michel Foucault, a geógrafa alega que o poder no campo científico, assim como todo o poder, é relativo e que existem fissuras, através das quais se pode transgredir o padrão instituído, por meio de táticas desconstrucionistas à ordem estabelecida.

Qualquer construção de conhecimento implica uma postura reflexiva em relação à interdependência entre conceitos já estabelecidos pelo campo científico e a realidade que se investiga. As escolhas teóricas implicam, simultaneamente, operações metodológicas que lançam mão de instrumentos específicos. É importante dizer, portanto, que o estudo de grupos sociais invisibilizados é bastante árduo, na medida em que eles não possuem, em geral, registros documentais facilmente detectáveis, acessíveis e intercambiáveis. Os acervos e arquivos não registram e resguardam as histórias de vida dessas pessoas, e nem mesmo os bancos de dados estatísticos estão organizados de forma a facilitar a realização de investigações centradas na produção de suas expressões.

As investigações voltadas às políticas identitárias dos últimos anos reivindicam uma postura reflexiva do pesquisador sobre os atos investigativos e sua posicionalidade em relação ao fenômeno que se estuda, tal qual propõem Knopp (2007) e Rose (1997). As tentativas de escapar às práticas geográficas criticadas por esta corrente, como a autoridade do(a) pesquisador(a), seu comportamento no trabalho de campo e os modos de interpretação das realidades socioespaciais, produziram a concepção de que a investigação não é um produto, mas um processo. Enquanto processo, as experiências e as interações pessoais

entre pesquisadas(os) e pesquisadores(as) passam a compor os dados da própria investigação.

Assim, vou utilizar de minha experiência pessoal desenvolvida no campo de pesquisa durante meu estágio pós-doutoral. Longe de adotar uma postura egocêntrica e autocentrada de análise, justifico essa abordagem pela minha incapacidade, neste momento, de realizar uma abordagem mais ampla, contemplando experiências de pesquisa de outros colegas. Minha investigação está voltada, de forma geral, para a análise das relações entre a imigração ilegal e as representações sociais das prostitutas brasileiras na Espanha.<sup>3</sup> Procuo compreender os elementos definidores de suas rotas transcontinentais para o exercício da atividade comercial sexual, assim como as relações entre corpo, identidade, território brasileiro e práticas sexuais em território estrangeiro, e ainda, os significados construídos por essas pessoas a respeito da experiência socioespacial da imigração ilegal implicando no exercício da prostituição. Não pretendo aqui discutir meus resultados de pesquisa, mas elaborar uma reflexão sobre as práticas de pesquisa que envolvem as considerações feitas por Rose (1997) e Knopp (2007).

Início por questionar minha própria posição no campo de trabalho junto aos grupos que estudo e como minha presença física também passa a compor o espaço que exploro. Além disso, levanto os desafios dos efeitos de minha posicionalidade no campo de pesquisa sobre minha própria identidade e as das pessoas com quem passo a interagir e sobre a construção do modelo de análise resultante desse encontro. Tomo a liberdade de transcrever aqui trechos de meu diário de campo que permitem uma melhor explicitação de minhas ideias.

Hoje, dia 28/04/2008, busquei o chamado “triângulo de Ballesta”, na área central de Madri, local conhecido por ser uma área de prostituição. Trata-se de uma área em que o capital imobiliário vem exercendo forte pressão para seu ‘aneamento’, a fim de torná-la mais ren-

---

3 Mesmo que a intenção não seja discutir nesse trabalho os resultados da pesquisa, é importante evidenciar o contexto em que surge a ideia da exploração deste tema. As brasileiras presentes no mercado da prostituição da Espanha tornam-se expressivas nos noticiários do país e nos relatórios de investigação da polícia espanhola, num contexto em que os organismos internacionais discutem o “Tráfico de seres humanos com finalidade de exploração sexual”. Para se ter uma ideia, o número de prostitutas brasileiras detidas na Espanha aumentou 80%, passando de 3.332 em 2003 para 6.015 em 2005, segundo dados do Ministério do Interior espanhol. Em 2005, o informe criminológico elaborado pela Guardia Civil da Espanha informa que existem cerca de mil bordéis no país. A polícia espanhola deteve 20.284 mulheres em seu território, caracterizadas como vítimas de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual. Deste total, 98,77% eram estrangeiras, e as brasileiras representavam 30%, sendo que em 2003 elas representavam apenas 17%. Segundo a Asociación Nacional de Empresarios de Locales de Alterne (ANELA), o negócio da prostituição move 50 milhões de euros por dia na Espanha ou 18 bilhões ao ano.

tável. Minha expectativa inicial era de que a área fosse deteriorada e que as prostitutas se apresentassem com vestimentas provocantes ou ainda desnudas, tal qual os cenários que vivencio no campo de pesquisa de minha cidade. Pelo contrário, a Calle de La Montera, na qual me encontrava, é uma rua comum de comércio e serviços, e os transeuntes são famílias, turistas, homens de negócio vestidos com ternos e gravatas e mulheres vestidas também de forma comum. Alguns grupos de mulheres se reúnem, e é sua postura física e seus olhares que as identificam como prostitutas. Abordei algumas delas perguntando por brasileiras. Percebi que se reuniam por nacionalidades. Havia as do “leste europeu”, as africanas e as latinas. Mas as brasileiras eram muito raras entre as latino-americanas. Cada vez que me aproximava de um grupo, um homem se aproximava também e me indagava com agressividade sobre as razões de minhas perguntas. Me distanciei um pouco para evitar conflitos e me mantive em frente a uma vitrine e observava a dinâmica de agrupamentos de prostitutas por nacionalidades/raçalidades e as táticas de que elas se utilizavam para atrair os clientes. Para minha surpresa, um homem de perto de quarenta anos se aproximou de mim e falou comigo. Compreendi que perguntava sobre o preço do programa e fiquei nervosa. Tentei explicar que não era prostituta e ele percebeu que eu era brasileira e ofereceu mais dinheiro. Eu fiquei muito confusa, e quanto mais confusa, mais a oferta aumentava, e os elogios pela minha “brasilidade” também. Fui embora perdendo a paciência com ele. Talvez perdi a paciência porque havia sido significada como prostituta, e meu lugar nobre de pesquisadora que observa o fenômeno “de fora” foi desestabilizado, e eu era mais uma delas. Mais um corpo nas ruas de Madrid, uma brasileira, uma prostituta.

Hoje é 17/04/2008. Ontem entrevistei Andrômeda,<sup>4</sup> travesti brasileira que estava com as costelas machucadas por uma agressão policial, e resolvi voltar ao seu ponto para ver como estava e dizer que havia conseguido uma consulta para ela. Ela estava embaixo de uma marquise. À noite, elas se vestem com mais ousadia. Andrômeda estava de sapatos altos e um vestido muito curto. Me aproximei dela e perguntei se estava melhor, e ela estava furiosa. Um homem “marroquino” havia lhe ofendido e jogado lixo sobre ela. Ela, indignada, desabafava que não roubava, que estava ali só trabalhando, e esse “hijo de puta” a agredia. Nesse tempo, o tal marroquino voltou e os insultos continuaram. Ela respondia, com seu “portunhol” os insultos de forma cada vez mais agressiva, quando o homem se aproximou com uma postura de quem iria atingi-la. Ela arrancou os sapatos altos, tirou uma corrente da bolsa e começou a girar, chamando-o para a

---

4 Todos os nomes utilizados aqui são fictícios, embora as colaboradoras da pesquisa fizessem questão de registrar o nome com que se identificavam. Optei pelo anonimato para protegê-las. Algumas se queixam de minha posição, inclusive pedem que sejam fotografadas e que explicitem sua participação na pesquisa. Contudo, como não sei do alcance da publicização dos dados de pesquisa, achei melhor mantê-las anônimas, apesar dos protestos.

briga. Eu, assustada, peguei meu celular e disse que estava chamando a polícia. Ela gritou comigo, dizendo que, se eu fizesse isso, era ela quem iria presa. Meu coração parecia que iria sair pela boca, recuei e torci que ela desse conta do tal “marroquino”, que ficou com medo de Andrômeda e foi embora. Ele também havia me significado como uma prostituta, colega de Andrômeda. Eu estava perplexa. Não compreendia se a atitude que tomei era de solidariedade a seu pedido ou de medo de levar uma correntada também. Mas Andrômeda ria de sua valentia, dizia que travesti na rua tinha que ser “muito macho” e significou meu ato de não chamar a polícia como uma lealdade, já que eu, como uma pesquisadora devidamente documentada, seria protegida pela polícia, e eu preferi correr risco ao lado dela. Passou a me chamar de amiga. Eu agora penso que, por muito pouco, minha interferência poderia provocar a prisão dela, e eu estaria prejudicando o grupo que estudava.

Hoje é 10/06/2008, e entrevistei Pandora. Depois da entrevista, pedi que ela me indicasse outras colegas, para que eu pudesse entrevistar, como sempre faço. Um contato leva a outro. Ela riu de mim e disse que minha entrevista era muito chata e cansativa. No entanto, disse que “tinha ido com minha cara” e que poderia me dar uns conselhos sobre meu roteiro de entrevistas e o perfil de algumas questões que eu formulava. Eu concordei. Fez suas críticas e ajudou a reestruturar meu roteiro. Na próxima entrevista vou sentir se a reestruturação melhorou a relação com as pessoas que pesquiso. O mais incrível é que ela, ao mesmo tempo em que me concedia a entrevista, me analisava e fazia julgamentos também sobre meus procedimentos. Depois de tantos anos de atuação em pesquisas, foi a primeira vez que senti que o encontro da entrevista é um momento realmente único e que o saber que ali se constrói não é, de forma alguma, mérito meu, mas da relação que se estabelece com o outro.

Estes breves relatos registrados em meu diário de campo ilustram as questões envolvidas nos métodos que têm sido utilizados por geógrafas(os) feministas e *queer*. Os dois primeiros registros do diário de campo me levam a refletir sobre como meu próprio corpo é percebido nos locais de pesquisa. Minha corporeidade, para usar o termo de Linda McDowell (1999), também é representada e interpretada pelos grupos que compõem o campo pesquisado. Meu corpo, assim como compreendo os corpos que estudo, não é um local onde a cultura se inscreve, mas é ativo na produção das percepções e, tal qual aponta Knopp (2007), configura-se como ferramenta de pesquisa. Segundo o autor, a atenção à corporalidade de quem investiga e não apenas à das pessoas investigadas pode ser incorporada na realidade estudada. Durante o trabalho de campo, ao estar atenta às representações que minha corporalidade despertava e aos parâmetros em que eu me

tornava inteligível nos locais de pesquisa, pude perceber que meu ser tem também um gênero, uma cor, uma moralidade, uma classe e uma nacionalidade.

Contemplar a posicionalidade e a reflexibilidade no processo investigativo exige um pensar da(o) cientista sobre os outros, mas também sobre si mesma(o). Os relatos que apresentei anteriormente evidenciam que minha corporalidade não era invisível no campo de pesquisa, e contemplá-la pode ser bastante produtivo. Knopp (2007), ao provocar a geografia com seu argumento de contemplar a experiência corporal de quem pesquisa, suas emoções, desejos e percepções, alude ao fato de que o(a) sujeito(a) que pesquisa, mesmo contra sua própria vontade, é percebido(a) pelas pessoas pesquisadas e que as relações desencadeadas no ato investigativo permeiam a interpretação dos espaços que podemos construir como geógrafos(as).

As interações construídas entre as pessoas envolvidas no ato investigativo do tipo reflexivo geram expectativas que devem ser consideradas válidas e explicitadas, retirando a pessoa que investiga da proteção da invisibilidade que permeia até mesmo o estilo de escrita impessoal, muitas vezes exigida no ambiente acadêmico. No entanto, a pesquisa qualitativa se defronta com impasses éticos de difícil solução, notadamente quando envolvem temas ligados às ilegalidades ou condutas infracionais. No segundo trecho apresentado, evidenciei uma situação de violência que passou a ser corriqueira em meu campo de pesquisa. Convivi com sentimentos, atitudes e posturas que afrontavam a organização de meus valores de vida, e até esse momento, não encontrei uma maneira simples de refletir e de me posicionar frente a isso.

Minha autoridade científica abalada pelo enfrentamento que Pandora fez ao meu roteiro de investigação evidenciou o tensionamento de nossas posicionalidades. Ela resistiu, com maestria, às hierarquias que colocam as(os) pesquisadoras(es) em patamares de saber mais elevados em relação aos saberes produzidos pelo senso comum. Pude exercitar, com Pandora, a “humildade intelectual” que o geógrafo Larry Knopp aconselha, e compreender que é do encontro de motivações pessoais que se produz o conhecimento de uma dada realidade, que é sempre parcial e situacional, em permanente processo.



## **A interseccionalidade na prática das pesquisas geográficas feministas e queer**

Os desafios teóricos e metodológicos enfrentados pelas ciências sociais para construir inteligibilidades da sociedade contemporânea colocam o conceito de interseccionalidade como um caminho a ser desenvolvido. A superação da noção essencializada de mulher, a aceitação de que não há uma única identidade capaz de abrigar todos os corpos passíveis de serem classificados como femininos, a pluralidade presente nas *performances* de gênero, compreendido agora como representação, e a emergência das críticas dos movimentos sociais envolvendo raças e sexualidades constituem uma busca intelectual de contemplar as complexidades sociais. Qualquer pessoa vivencia simultaneamente múltiplas categorias sociais, como gênero, raça, religião, classe, idade, opção sexual, etc. Essa concepção envolve considerar as identidades como fluidas, instáveis, complexas, e em estado permanente de construção/desconstrução. As pessoas vivenciam os processos identitários ao longo da vida concreta, e essa experiência contempla tempo e espaço. O conceito de interseccionalidade passa a ser utilizado como uma atitude metodológica de articular as diferentes categorias sociais vivenciadas pelos seres humanos e evidenciar que essas articulações resultam em diferentes experiências.

Em 2007, o periódico *The Professional Geographer* publicou uma coletânea dedicada à reflexão sobre os desafios contemporâneos das geografias feministas e sobre futuras agendas de pesquisa. O artigo “Theorizing and researching intersectionality: a challenge for feminist geography”, de Gill Valentine, discute o conceito de interseccionalidade como sendo central, alertando para a pequena atenção dispensada a ele pela comunidade científica geográfica. Neste artigo, a geógrafa faz um esforço para evidenciar empiricamente as relações entre a interseccionalidade e a dimensão espacial e temporal, utilizando-se da análise da história de vida de uma pessoa que experiência, num processo contínuo de construção/desconstrução, sua condição de mulher, lésbica, surda, esposa, mãe e trabalhadora. Nessa análise, a autora consegue desvelar a composição múltipla do ser humano, mostrando como as diferentes identidades que o compõem são redefinidas, tornando-se mais ou menos relevantes em sua existência espacial e temporal.

Com base no trabalho de Valetine (2007), realizo minhas próprias aventuras metodológicas, oriundas da mesma investigação que tomei por base para elaborar o pensamento exposto no texto anterior. São algumas análises ainda parciais da investigação sobre a ex-

perícia das brasileiras imigrantes ilegais no exercício da prostituição na Espanha.<sup>5</sup>

O universo de prostitutas brasileiras, foco deste raciocínio, exerce a prostituição em locais privados, como clubes e apartamentos. Elas prestam serviços a uma clientela de alta renda. Durante uma entrevista, Cassiopeia, que tentava exercer outras atividades fora da prostituição, me disse:

Uma brasileira na Espanha não tem valor fora do clube. No clube, os meus clientes pagam cada minuto pra estar comigo. Fora, alguns ex-clientes me ligam e querem “foder” de graça. Nem mesmo me dão uma carteira de cigarros. E tem mais, é coisa comum o patrão de um restaurante ou bar querer foder de graça também, pra não te mandar embora. No final, dão calote no salário e ainda ameaçam você que vão te entregar para a imigração se fizer barraco. (Cassiopeia).

Cassiopeia, como todas as outras que entrevistei nesse universo, era oriunda de um contexto econômico de média renda e média escolaridade no Brasil. Na Espanha, fora do exercício da prostituição, Cassiopeia fazia trabalhos de camareira e garçoneiro. Depois da entrevista, expus a ela meu projeto de investigação, e ela se propôs me ajudar. Acabou se tornando um dos pilares da pesquisa e minha informante privilegiada.<sup>6</sup> Como conhecia prostitutas, locais e muitos clientes, me possibilitou entrar em ambientes que jamais poderia acessar sozinha, com *status* de pesquisadora. Em muitos clubes, mulheres desacompanhadas são proibidas de entrar. Assim, ela contatava os clientes que considerava seus amigos, contava sobre minha pesquisa e eles me auxiliavam a superar a barreira de entrar nos clubes. Em geral, encaravam o ato de me auxiliar como algo diferente a ser vivido e também se divertiam com o fato de eu realizar uma ação até certo ponto transgressora.

Só depois que vivenciei o ambiente dos clubes de prostituição é que pude compreender as mensagens expressas na entrevista realizada com Cassiopeia e construir um discurso de como as brasileiras como ela vivenciavam um território estrangeiro como mulher, brasileira,

---

5 Embora minha investigação diga respeito a brasileiras compreendidas como mulheres biológicas e travestis (denominadas, na Espanha, “*mujeres transexuales*”), nesse momento, irei restringir minha análise ao universo de mulheres. Isso porque as travestis experienciam outras intersecções, que não podem ser exploradas neste reduzido espaço disponível para a exposição.

6 Quero fazer pública minha gratidão a ela, pela sua generosidade em compartilhar seu conhecimento comigo, e também a admiração que ela me despertou, pela sua capacidade de luta, coragem e crítica social. Embora esteja aqui identificada com nome fictício, Cassiopeia sabe a quem estou me referindo em realidade.

prostituta, ilegal e pobre. De modo especial, pude evidenciar como o espaço da prostituição compunha o exercício destas categorias sociais de forma muito diversa de outros espaços, como aquele relatado na entrevista de Cassiopeia.

Acompanhada de Cassiopeia e um de seus amigos, fiz uma saída de campo ao clube “X”, a fim de contatar as prostitutas brasileiras para a realização de minhas entrevistas em profundidade. Infelizmente, não tive sucesso nesse dia, pois as brasileiras que abordei não se dispuseram a me conceder uma entrevista, a não ser em troca de pagamento pelo tempo que me dispensariam.<sup>7</sup> Contudo, esta vivência foi igualmente rica para minha investigação, e é a partir dela que faço uma reflexão sobre intersecções de gênero, sexualidade, classe e nacionalidade, compostas simultaneamente pelo espaço de prostituição, estabelecendo uma relação com os depoimentos de Cassiopeia que refletem sua experiência fora dos clubes em que atuava como prostituta.

No clube “X”, assim como em vários outros, há um salão, em que as prostitutas e os clientes se encontram, e o programa sexual contratado se dá nos quartos privados. O salão é um ambiente de sociabilidades em que se bebe e onde se desenvolvem as conversas e as danças. Há também pessoas que não frequentam o clube apenas para obter serviços sexuais, mas para vivenciar a atmosfera de sensualidade ou ainda para usar drogas nos ambientes privados. As prostitutas conversam entre si, sobre temas comuns, como filhos, maridos, novelas e filmes. Mas, sobretudo, o salão do clube é o ambiente da conquista do cliente, preferencialmente bem abonado financeiramente, e da eleição da pessoa que possibilite viver desejos e fantasias sexuais.

O estar no salão durante o processo de conquista envolve a corporeidade, de modo que, em geral, elas dedicam tempo e dinheiro para fazer seus corpos expressarem as imagens desejadas, utilizando vestuários sensuais, provocadores e transparentes e dando, assim, visibilidade aos seus atributos corporais, para impressionar os clientes ou ainda as companheiras de trabalho. Ao observar como o vestuário e os adereços compõem a corporalidade das prostitutas no salão do clube, me deparei com uma prostituta que vestia um *top* verde e amarelo em que estava impressa a expressão “Made in Brazil”, sobre os seios, numa clara indicação de que se tratava do corpo de uma brasileira. Aproximei-me dela e lhe questionei a respeito da roupa. Ela respondeu: “essa roupa atrain

---

7 Além de eu não ter recursos financeiros suficientes para pagar pelas entrevistas, minha postura estava fundamentada na convicção de que os depoimentos deveriam ser realizados a partir da disposição das pessoas em colaborar com a investigação, tendo em conta a noção de que o ato voluntário reflete na qualidade da expressão das experiências dessas pessoas e também no tipo de relação que se estabelece entre pesquisadora e pesquisada no ato da entrevista.

os cliente; quando coloco, ganho dinheiro feito água, é um atrás do outro”. No universo competitivo da prostituição, as brasileiras acionam os códigos simbólicos que sua nacionalidade desperta no imaginário social masculino europeu, associado à devassidão, à sensualidade e à tropicalidade. Segundo o depoimento de uma delas, ser uma “brasileira” no salão do clube a colocava em vantagem frente às outras prostitutas de outras nacionalidades, evidenciando que o atributo da nacionalidade brasileira e as representações sociais a ela atribuídas são ali valorizados. Paradoxalmente, esta mesma mulher, vivenciando a experiência espacial fora do ambiente da prostituição, encontra-se em posição de inferioridade, como Cassiopeia tinha destacado.

No salão do clube “X” se confrontam também as identidades de gênero, de forma bipolarizada. Supostamente, o cliente homem vem em busca de uma relação heterossexual, mas isso não quer dizer que no ambiente privado do quarto as práticas sexuais não se efetivem envolvendo corpos de outros homens ou de travestis que fazem programas. Contudo, a presença deles não é permitida no salão do clube “X”; eles são demandados nos ambientes privados, quando solicitados pelos clientes para a realização de programas sexuais.

Enquanto eu observava a disposição dos corpos e as táticas de acesso, o amigo de Cassiopéia que nos acompanhava me chamou a atenção e disse: “mira, en esto lugar las mujeres son las cazadoras y los hombres, la caza”. Começamos a trocar idéias, e ele, do alto de sua experiência de mais de trinta anos como frequentador assíduo de clubes de prostituição daquele mesmo perfil, me disse que, como eu, ele também gostava de observar as dinâmicas de relações que ocorrem nos salões. Chamou-me a atenção para a postura tímida de alguns homens quando eram abordados pelas prostitutas. Alguns chegavam a desviar o olhar, abaixando a cabeça na primeira abordagem, e só depois de algum tempo o contato visual e corporal se estabelecia. Segundo ele, nesse tipo de encontro, a prostituta coloca em xeque dois valores fundamentais da masculinidade construída socialmente: a capacidade financeira do homem para pagar pelo programa desejado e a qualidade de seu desempenho sexual. Isso porque, em geral, os programas neste tipo de ambiente são realizados mediante o pagamento de altos valores, e a prostituta detém, aos olhos do homem, um saber-poder dos prazeres do corpo que pode se converter em uma espécie de prova da potência sexual masculina. Assim, as relações de gênero tradicionais entre uma mulher submissa e um homem dominador, retratadas no depoimento de Cassiopeia ao relatar a cessão de favores sexuais ao patrão em troca do emprego, são ali desestabilizadas.

Sua condição de estar no país de forma ilegal não influencia as relações comerciais envolvidas no trabalho sexual desempenhado no clube “X”. As prostitutas, mesmo as ilegais, estão protegidas por uma estrutura que dificilmente é desafiada pelos clientes no salão, que é vigiado por seguranças e câmeras. Uma vez contratado o perfil dos serviços a serem prestados pela prostituta e o valor a ele correspondente, o cliente deve pagar antecipadamente pelo programa. Novamente, aquele espaço confere à prostituta o domínio da situação, em que o credor é o cliente, diferentemente da condição em que o salário de uma brasileira ilegal, como relatado por Cassiopeia, pode ser negado sem maiores complicações em outros espaços da cidade. A mesma mulher brasileira, ilegal e prostituta, agora com vantagens econômicas, pode circular em outros ambientes urbanos, como lojas, por exemplo, e não acionar as identidades que são explicitamente mobilizadas no ambiente do clube. Elas afirmam que o preconceito sofrido por elas como brasileiras é inversamente proporcional ao dinheiro que carregam no bolso, assim como os recursos financeiros oriundos da prostituição compram “facilidades” frente a qualquer problema que possa decorrer da condição de sua permanência ilegal no país.

Os processos de intersecção das identidades de gênero, nacionalidade e classe evidenciados na experiência das mulheres brasileiras prostitutas no salão do clube “X” não podem ser simplesmente transpostos à análise de outras realidades. O fenômeno da prostituição é extremamente complexo, e cada espacialidade vivenciada é também composta pelo poder que reposiciona os(as) sujeitos(as) em suas relações socioespaciais. Nesse sentido, o espaço é uma categoria fundamental no enriquecimento do conceito de interseccionalidade, ainda negligenciado pelas demais ciências sociais, e esse conceito pode enriquecer as análises geográficas, contemplando a diversidade, a fluidez e a complexidade das identidades sociais, tal qual nos ensina Valentine (2007).

Enfim, este ensaio contempla a indissociabilidade das transformações das imaginações ontológico-geográficas e seus desafios inerentes, discutindo a posicionalidade do pesquisador na prática da pesquisa e a interseccionalidade como conceito a ser explorado na geografia. Ao finalizar este texto, quero reiterar que compreendo a investigação como um processo a ser partilhado e debatido. É a partir de uma postura reflexiva na prática investigativa geográfica que se pode produzir um saber “mais humano”, para utilizar uma expressão de Knopp (2007), capaz de dialogar com outros campos de saber e com as pessoas que produzem e fazem a geografia na sua existência cotidiana. Além disso, reforço que as geografias feministas e *queer* não são saberes que devem se manter autocentrados e/ou isolados. Elas têm focos de interpretação da realidade

de socioespacial que, de forma dialógica com os demais subcampos da geografia, podem subverter o monotopismo e produzir pluriversalidades espaciais, enriquecendo nossa ciência como um todo.

## Referências

- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. London: Routledge, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. London: Routledge, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Lenguaje, poder e identidad*. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.
- DIAS, Karen; BLECHA, Jennifer. Feminism and social theory in geography: an introduction. *The Professional Geographer*, v. 59, n. 1, p. 1-9, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- HARAWAY, Donna J. *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. London: Free Association Books, 1991.
- KNOPP, Larry. On the relationship between queer and feminist geographies. *The Professional Geographer*, v. 59, n. 1, p. 47-55, 2007.
- KOBAYASHI, Audrey; PEAKE, Linda. Unnatural discourse: 'race' and gender in geography. *Gender, Place and Culture*, v. 1, n. 2, p. 225-453, 1994.
- LAURETIS, Teresa de. *Technologies of gender: essays on theory, film, and fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- McDOWELL, Linda. *Gender, identity and place: understanding feminist geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da "ciência": colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-710.
- MONK, Janice; HANSON, Susan. On not excluding half of the human in human geography. *The Professional Geographer*, v. 34, n. 1, p. 11-23, 1982.
- ROSE, Gillian. Situating knowledges: positionality, reflexivity and other tactics. *Progress in Human Geography*, v. 21, n. 3, p. 305-320, 1997.
- SILVA, Joseli Maria. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. *Espaço e Cultura*, n. 22, p. 97-109, 2007.
- VALENTINE, Gill. Theorizing and researching intersectionality: a challenge for feminist geography. *The Professional Geographer*, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007.